

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 5 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-051-3 DOI 10.22533/at.ed.513201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura. III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês mais um e-book e, em seus textos, várias possibilidades de reflexão e de uma relação dialógica da educação com os contextos sociais. Pensar e fazer educação no terceiro milênio é um grande desafio. Marcada por uma infinidade de acontecimentos, a educação é o maior observatório social, onde perpassa a complexidade e a diversidade do cotidiano. Organizado em dois eixos temáticos – Educação e seus liames, e Educação e suas tramas sociais – compreendendo 23 artigos, nasce o e-book ‘A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 5’.

Os diálogos promovidos no primeiro eixo temático levam a discussões em torno da “Multifuncionalidade do professor...; Educação ambiental...; O fazer docente e a busca da emancipação do aluno...; Gestão...; Instrumentalização na formação de professores...; Prática pedagógica...; Aprendizagem/experiência pedagógica...; Arte/Educação-Ensino Infantil...; Avaliação da Educação Básica...; Educação a distância para democratização do acesso a informação...;O sonhar e o lutar por uma Universidade Popular”. Todo esse aparato são amostras de discussões feitas em várias universidades do território brasileiro que, agora, socializamos com vocês, leitores.

O segundo eixo, traz 12 textos que estabelecem relações entre educação e as tramas sociais, articulando um conjunto interessantíssimo de ideias que perpassam a “Educação Superior em Goiás; Educação com imigrantes haitianos; Educação Corporativa; Educação não formal- ONGS e Movimentos Sociais; Educação Profissional; Escola sem fronteira; Ensino híbrido; Estratégias/discursos na reforma educacional mineira (1891-1906); Evasão no Ensino Técnico; Fundamentos interdisciplinaridade na BNCC e Identidade profissional”, todos fruto de investigações e produção de saberes, de pesquisadores brasileiros de áreas diversas. Para dar conta das discussões no eixo da política e das tramas sociais, organizamos esta obra com 23 textos, contendo debates férteis que nascem no cerne da educação. Com isso desejamos a todos uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO E SEUS LIAMES

CAPÍTULO 1	1
A “MULTIFUNCIONALIDADE” DO PROFESSOR DO AEE NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos Íris Maria Ribeiro Porto	
DOI 10.22533/at.ed.5132018051	
CAPÍTULO 2	12
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS: RELATO DO PROJETO INTERSETORIAL GOTAS DE SABEDORIA	
Natália Zanetti Erika de Freitas Roldão Angela Maria da Costa Grandó Vânia Maria Vieira Sanches Miranda Felipe Augusto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5132018052	
CAPÍTULO 3	27
A FUNÇÃO DA DIDÁTICA CONTEMPORÂNEA NO FAZER DOCENTE, EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO DO ALUNO “REAL”	
Ieda Márcia Donati Linck Fabiane da Silva Verissimo Maria Aparecida Santana Camargo Rosane Rodrigues Felix	
DOI 10.22533/at.ed.5132018053	
CAPÍTULO 4	37
A GESTÃO DAS TRAMAS COTIDIANAS DO PROGRAMA MULHERES MIL, COMO POLÍTICA EDUCACIONAL	
Nilva Celestina do Carmo Maria das Dores Saraiva de Loreto Eduardo Simonini Lopes Fabiola Faria da Cruz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5132018054	
CAPÍTULO 5	48
A INSTRUMENTALIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ECLIPSE DA FORMAÇÃO CULTURAL	
Ana Cristina da Silva Amado	
DOI 10.22533/at.ed.5132018055	
CAPÍTULO 6	61
A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE QUÍMICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Petronio Silva de Oliveira José Laécio de Moraes Francisco Evanildo Simão da Silva Josenilton Bernardo da Silva Maria Magnólia Batista Florêncio	

Raimundo Alves Cândido
Ulisses Costa de Oliveira
Abraão Lima Verde

DOI 10.22533/at.ed.5132018056

CAPÍTULO 7 73

APRENDIZAGEM EM NUCLEAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA A PARTIR DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS

Graciela Zachar Gómez
Caio Augusto de Lima Castro

DOI 10.22533/at.ed.5132018057

CAPÍTULO 8 80

ARTE/EDUCAÇÃO COM PRÉ-HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA TRIANGULAR NAS AULAS DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NO ENSINO INFANTIL

Daniel Henrique Alves de Castro
Roberta Puccetti

DOI 10.22533/at.ed.5132018058

CAPÍTULO 9 92

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESCOMPASSO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Maria Emília Gonzaga de Souza
Gabriel Santos Pereira
Martha Elisa Santos

DOI 10.22533/at.ed.5132018059

CAPÍTULO 10 100

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Alexandre Carlo do Nascimento
Ronan da Silva Parreira Gaia
Fabio Scorsolini-Comin

DOI 10.22533/at.ed.51320180510

CAPÍTULO 11 115

DEMOCRATIZAR O ENSINO SUPERIOR E NÃO DEIXAR DE SONHAR: LUTAMOS POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

Rafael Arenhaldt
Samara Ayres Moraes

DOI 10.22533/at.ed.51320180511

EDUCAÇÃO E SUAS TRAMAS SOCIAIS

CAPÍTULO 12 123

DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS (1923 - 1955)

Maximiliano Gonçalves da Costa

DOI 10.22533/at.ed.51320180512

CAPÍTULO 13	133
EDUCAÇÃO COM IMIGRANTES HAITIANOS: UMA EXPERIÊNCIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Sandra Felício Roldão Sirlei de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.51320180513	
CAPÍTULO 14	148
EDUCAÇÃO CORPORATIVA: COMPETÊNCIA EM COMUNICAÇÃO	
Adriane Camargo Rezende Perdigão Roberto Kanaane	
DOI 10.22533/at.ed.51320180514	
CAPÍTULO 15	158
EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL - ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS: SONHO OU PESADELO? O DESAFIO DA EDUCAÇÃO NO TERCEIRO SETOR	
Gustavo Kosieniczuk Gomes Maria Ruth Sartori da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51320180515	
CAPÍTULO 16	170
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E IDENTIDADE EMPREENDEDORA	
Simone Aparecida Torres de Souza Cunegundes Roberto Kanaane	
DOI 10.22533/at.ed.51320180516	
CAPÍTULO 17	182
EDUCAÇÃO: ESCOLA SEM FRONTEIRAS	
Jacqueline Alves de Oliveira Costa Farias Fábio Luiz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51320180517	
CAPÍTULO 18	188
ENSINANDO BIOLOGIA: HISTOLOGIA NA PERSPECTIVA DO ENSINO HÍBRIDO	
Joseane Maria Rachid Martins Mariana da Rocha Piemonte	
DOI 10.22533/at.ed.51320180518	
CAPÍTULO 19	199
ESTRATÉGIAS, IMAGENS E IMAGINÁRIOS ATUANTES NOS DISCURSOS POLÍTICOS REFORMISTAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS (1891-1906)	
Raphael Ribeiro Machado	
DOI 10.22533/at.ed.51320180519	
CAPÍTULO 20	215
EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO: ESTUDO DE CASO	
Claudio Kubilius Roberto Kanaane	
DOI 10.22533/at.ed.51320180520	

CAPÍTULO 21	226
FUNDAMENTOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM ESTUDO SOBRE A ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	
Luíza Olívia Lacerda Ramos Nisângela Oliveira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.51320180521	
CAPÍTULO 22	233
IDENTIDADE DOCENTE: TRANSFORMANDO PARA TRANSFORMAR	
Italo Francesco dos Santos Soares Ferreira Ângela Pereira Teixeira Victória Palma	
DOI 10.22533/at.ed.51320180522	
CAPÍTULO 23	244
UM ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS E ABORDAGENS RELACIONADAS ÀS TICS NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO	
Carlos Adriano Martins Priscila Bernardo Martins	
DOI 10.22533/at.ed.51320180523	
SOBRE OS ORGANIZADORES	251
ÍNDICE REMISSIVO	252

ESTRATÉGIAS, IMAGENS E IMAGINÁRIOS ATUANTES NOS DISCURSOS POLÍTICOS REFORMISTAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS (1891-1906)

Data de aceite: 11/05/2020

Data de submissão: 09/03/2020

Raphael Ribeiro Machado

Universidade Federal de Ouro Preto –UFOP

Mariana-MG

<http://lattes.cnpq.br/1494732192723550>

<http://orcid.org/0000-0001-6252-0982>

Este trabalho teve como base a pesquisa de mestrado em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET-MG, com apoio da CAPES sob orientação do professor Dr. Irlen Antônio Gonçalves, concluída em 2013.

RESUMO: Pretendemos trazer à superfície a ideia de uma cultura política que foi ganhando forma ao longo dos primeiros anos republicanos em Minas Gerais, tendo nas reformas da educação pública, profissional em particular, o *lócus* de percepção e de criação de um sistema representativo de normas e valores republicanos. A educação pública, nos primeiros anos republicanos entrelaçava projetos de sociedade e de educação onde a escola pode ser encarada como vetor social, tornando-se responsável pela integração de múltiplos referenciais culturais, bem

como pelo estabelecimento das normas e valores determinantes da representação que a sociedade irá fazer de si mesma. Tais projetos são, portanto, projetos de uma política republicana onde residia também a preocupação com o trabalhador brasileiro - assalariado e moderno – em detrimento da antiga força de trabalho escrava com o fim de solucionar vários problemas sociais e culturais, bem como econômicos e políticos. Os Anais do Congresso Mineiro, lugar do legislativo republicano no Estado, onde as reformas da educação pública mineira foram debatidas, organizadas e legisladas, mostram-se como *lócus* privilegiado para investigação. Tomaremos os estudos de Serge Bernstein sobre a cultura política, pelo fato de ser uma chave de leitura do discurso dos legisladores, que é um discurso político e os estudos de Patrick Charaudeau sob a análise do discurso político onde observaremos o domínio da prática social na qual se moveu este discurso, bem como onde as ideias e opiniões circulam. Tal posicionamento metodológico torna possível entender o universo das representações, sob a ótica das estratégias, imagens e imaginários sócio-discursivos que sustentam as proposições políticas em determinados discursos. No ato de linguagem que é o discurso político que busca influenciar o outro, encontramos aquilo que

está nas minúcias; um lócus de percepção de criação de um sistema representativo de normas e valores republicanos.

PALAVRAS-CHAVE: história da educação; história da educação profissional; discurso político; cultura política.

STRATEGIES, IMAGES AND IMAGINARIES ACTING IN THE EDUCATIONAL REFORMISTIC POLITICAL DISCOURSES IN MINAS GERAES (1891-1906)

ABSTRACT: With this work we intend to bring to the surface the idea of a political culture that was taking shape throughout the first republican years in Minas Gerais, having in the reforms of public education, professional in particular, the locus of perception and creation of a system representative of republican norms and values. Public education, in the early republican years, intertwined projects of society and education where the school can be seen as a social vector, becoming responsible for the integration of multiple cultural references, as well as for the establishment of the norms and values that determine the representation that society will do of itself. Such projects are, therefore, projects of a republican policy where there was also a concern for the Brazilian worker - wage and modern - to the detriment of the former slave labor force in order to solve various social and cultural, as well as economic and political problems. The Annals of the Minas Gerais Congress, the place of the Republican legislature in the State, where the reforms of public education in Minas Gerais were debated, organized and legislated, show themselves as a privileged locus for investigation. We will take the studies of Serge Bernstein on political culture, because it is a key to reading the discourse of legislators, which is a political discourse and the studies of Patrick Charaudeau under the analysis of political discourse where we will observe the domain of social practice in which this speech moved, as well as where ideas and opinions circulate. Such methodological positioning makes it possible to understand the universe of representations, from the perspective of socio-discursive strategies, images and imagery that support the political propositions in certain speeches. In the act of language that is the political discourse that seeks to influence the other, we find what is in the minutiae; a locus of perception of the creation of a representative system of republican norms and values.

KEYWORDS: history of education; history of professional education; political speech; political culture.

1 | INTRODUÇÃO

O propósito deste texto se preocupa em desvendar porque diferentes projetos de educação/instrução, intimamente ligadas às questões da profissionalização do trabalhador, estiveram na pauta de discussão e nas reformas educacionais dos

políticos republicanos em Minas Gerais nas primeiras décadas da República no Brasil. Para tal empreitada, pretendemos apresentar e trazer ao debate um pouco do que seria o ethos político republicano mineiro, por meio da análise dos tramites das reformas educacionais do Congresso Legislativo Mineiro – Câmara dos Deputados e dos Senadores -, entre os anos de 1891-1906, primeiros anos da república brasileira, sobre três reformas que foram consubstanciadas por quatro leis da instrução pública mineira, em especial, a profissional. A Lei de nº 41, que inaugurou o projeto educacional republicano, quando instituiu o ensino profissional, no âmbito das escolas normais, do ensino agrícola e zootécnico, do curso comercial, de agrimensura e de farmácia. Posteriormente, em 1896, a Lei de nº 203, que organizou o ensino profissional primário, prevendo a aprendizagem dos ofícios e seu funcionamento sob a orientação de um profissional com a competência do exercício da profissão. Por fim, as Leis nº 444, de 03 de outubro de 1906, e nº 439, de 28 de setembro de 1906, que materializaram o projeto de formação do trabalhador, representado pela criação dos grupos escolares e do ensino técnico primário.

Analizamos o processo de produção dessas reformas, a partir do lugar daquele que detinha o poder de reformar e/ou controlar tal processo. Acreditamos que é nesse período inicial republicano mineiro que estaria à consubstanciação de um *modus operandis* político e jurídico específico e que atuou diretamente na conformação de uma cultura política. Tramites da legislação do Congresso Mineiro encarados como um corpus documental repleto de discursos políticos de diferentes deputados e senadores das duas casas do poder legislativo mineiro. O Congresso Legislativo era bicameral, estabelecido pela Constituição Mineira de 15 de junho 1891, à semelhança do poder legislativo federal. Competia ao Congresso, prescrito na Constituição Mineira de 1891:

Art. 30. Compete Privativamente ao Congresso:

1º. Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las (...)

5º. Legislar sobre o ensino secundário e superior, que será livre em todos os graus; (...)

27. Promover no Estado o desenvolvimento da educação pública, da agricultura, da indústria, do comércio, da imigração e das artes; (...)

Art. 31. Compete também ao Congresso:

5º. Legislar sobre a instrução primária.

A Câmara dos deputados teve prioridade – no quesito iniciativa – nos projetos de lei sobre: impostos, fixação da força pública, discussão das proposições feitas pelo Poder Executivo, adiamento e prorrogação das sessões legislativas. O Senado poderia legislar sobre qualquer coisa, excetuando os casos de iniciativa privativa

da Câmara descritos acima. Ambas as casas tinham responsabilidade de legislar sobre a Instrução pública, em todos os âmbitos. Os discursos políticos sobre as reformas da instrução pública nos levou a utilizar a premissa de que trabalhar com a legislação é trabalhar com uma norma reguladora, prescritiva, que toma a realidade como “possível de ser simulada, antecipada e assumida como neutra e previsível” (GONÇALVES, 2011, p.159), e que, tais discursos plurais legislativos tratavam de assuntos em prol de uma configuração única, uma reforma, uma lei. Podemos então encarar os tramites como discurso normativo do Congresso Mineiro, multifacetado por diversas vozes dos legisladores.

Para a análise destes discursos, que são políticos, buscamos apoio em Patrick Charaudeau. Em *O Discurso Político* (2008), encontramos a possibilidade de trazer a tona o domínio de prática social no qual se move o discurso político bem como colocar as ideias e opiniões que circularam no espaço público e que evidenciam quais são as estratégias e condições gerais de emergência e as estratégias que se oferecem a todo ator político, independente das ideias e posições defendidas por ele. Tal posicionamento metodológico nos possibilita entender o universo das representações, sob a ótica dos imaginários de verdade que sustentam as proposições políticas em determinados discursos e que constroem simultaneamente os vínculos sociais.

Na análise do discurso político do Congresso Mineiro buscamos aquilo que é dito e aquilo que não é; trazer à tona uma espécie de síntese das imagens, estratégias e imaginários sociais utilizados pelos legisladores na construção de seu *ethos* discursivo; um lócus de percepção de criação de um sistema representativo de normas e valores republicanos. Entender tais imaginários de verdade do discurso político poderia lançar bases seguras para o entendimento de uma cultura política mineira em gestação nos primeiros anos da República Brasileira.

Sob a premissa de que “falar de educação e formação profissional na República é falar da produção da própria República e que o mesmo movimento de construção da República é, intrinsecamente, o movimento de construção dos projetos de educação e de instrução” (GONÇALVES, 2011a, p.1) podemos postular a escola como vetor de uma cultura política específica, como nos informa Irlen Gonçalves, utilizando das ideias de Serge Berstein:

os vetores são os canais pelos quais passam à integração de múltiplas referências culturais, responsáveis pelo estabelecimento das normas e valores determinantes da representação que a sociedade irá fazer de si mesma e, tendo, no caso da República brasileira nascente no final do século XIX e início do XX, o estabelecimento daquelas referências que, além de dar respostas às crises, angústias e problemas da sociedade, desempenharam o papel dominante, criando os espaços férteis para a geração de uma determinada cultura, no caso brasileiro de uma cultura republicana nascente. Não são respostas fortuitas e nem espaçadas no tempo, mas, “respostas com fundamento bastante para que se

inscrevam na duração e atravessem gerações”. São respostas que somente com o tempo conseguirão se impor, penetrar “nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos”. (BERSTEIN, 1998, p. 355, *apud*, GONÇALVES, 2011a. p.2)

Ainda com Gonçalves (2011a, p.6), “em Minas, assim como em outras unidades da federação brasileira, não era raro encontrar, no discurso de intelectuais e políticos, a ideia de que a educação era instrumento transformador da sociedade.” (2011a, p.6). A retórica das reformas dos projetos de educação e instrução pode ser encarada como formadora da República Brasileira; posta em cena como um “jogo de máscaras” no discurso político, determinada pelas condições deste discurso e pelos meios discursivos de que dispõe o sujeito político para tentar persuadir e seduzir seus interlocutores.

Charaudeau aponta que o discurso político pode ser encarado como um “ato de linguagem que se mistura à ação, mediante relações de força que os sujeitos mantêm entre si e que constroem simultaneamente os vínculos sociais” (2008, p.16-23). O discurso político se mistura ao publicitário, onde são previstas estratégias de captação que aumentam as chances de convencimento, sob uma violência legítima exercida de forma dialética entre o debate de ideias e o fazer político, a fim de conquistar uma legitimidade discursiva por meio da construção de opiniões e, uma autoridade discursiva por meio de uma dominação feita de regulamentação e de sanção (idem, 2008, p.21-23).

Nos Anais do Congresso Mineiro pode-se “encontrar e recuperar a explicitação da trama que esteve implicada no processo de produção da escola, de produção da República, principalmente pela revelação dos lugares de produção que representavam. Nesses lugares tramaram-se os acordos, revelaram-se as discórdias, os ideais, entre outras coisas” (GONÇALVES, 2011, p.157). O lugar do Congresso Legislativo Mineiro é o da produção da lei, da norma reguladora, prescritiva, que matem relação direta com a vida social em sua amplitude, tanto no que se refere à concepção, produção e aplicação das leis, quanto naquilo que é praticado sob estas pela sociedade.

2 | O CIRCUITO EXTERNO E O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO DO DISCURSO

As teorias contemporâneas da análise do discurso, aqui representadas pelas proposições de Patrick Charaudeau, mostram a necessidade de, ao se analisar um discurso político, mostrar a situação de comunicação e os dispositivos utilizados para a realização da mesma. O discurso do Congresso Mineiro, aqui configurado pelos tramites das duas casas do poder legislativo – Câmara dos Deputados e Senado – foram coletados e transformados em Anais do Congresso Mineiro, após

os pronunciamentos em forma oral, pelos deputados e senadores.

Na leitura dos mesmos, pode-se verificar que o Senado e a Câmara foram uma espécie de “estuário” de todos os problemas que agitavam o Estado de Minas Gerais nos primeiros anos da República. Cidadãos de vários lugares do estado faziam requerimentos ao Senado, solicitando a criação de escolas e outros assuntos.

Ao pronunciarem suas posições, seus pontos de vista e pareceres sobre as reformas da educação/instrução pública no Congresso Mineiro, os legisladores configuravam enunciados em defesa da República, do *status quo* daquele momento histórico, do papel de legisladores mineiros e em defesa do lugar de origem, das zonas regionais mineiras, pela busca de soluções para as situações em que se encontravam as diferentes indústrias de MG, bem como a situação social e os diversos problemas do Estado. Discursos preocupados com o desenvolvimento econômico e social do Estado e do Brasil. Por isso, seu destinatário vai além dos congressistas. Seu discurso é dirigido a toda a população de Minas Gerais e, ainda, ao povo brasileiro, tendo em vista que o Estado representava 1/4 da população do país¹ e as questões debatidas no Congresso Mineiro eram vistas como questões nacionais em vários momentos.

O discurso, portanto, tem por objetivo apresentar as retóricas reformistas da instrução pública no poder legislativo, oriundas dos discursos dos legisladores preocupados com a situação socioeconômica do Estado e do País bem como responder à população mineira e brasileira as suas inquietações, solicitações e necessidades, com um discurso conciliador das forças sociais e esperançoso quanto à resolução dos problemas enfrentados de modo geral.

Podemos apresentar o Congresso Mineiro como o sujeito comunicante deste discurso; já o sujeito enunciativo apresenta-se diluído em diferentes vozes: os deputados e senadores mineiros; os bacharéis em Direito; os médicos; os professores; os engenheiros; os empresários; em contra partida o sujeito destinatário a quem se dirige o discurso são os próprios congressistas (Homens; políticos, bacharéis, médicos, professores, empresários, comerciantes, agricultores, engenheiros, etc); os legisladores; a população de Minas Gerais e a população do Brasil.

Portanto a encenação do diálogo se dá de forma direta, apresentado de forma oral pelos legisladores e posteriormente publicado pela imprensa oficial do Estado como Anais do Congresso Mineiro, reflexo dos destinatários presentes no discurso. O *Ethos* prévio é conhecido, o que é favorável, tornando-se uma estratégia para possibilitar sua apresentação e a construção de um *ethos* discursivo, no qual o destinatário deverá ou não acreditar.

O discurso proferido no Congresso Mineiro, aos presentes no mesmo, de forma oral, permite uma proximidade e pessoalidade, uma identificação. Ao mesmo tempo

1. Tal informação fora construída com base nos dados apresentados por GONÇALVES, 2011b, p.186-187.

em que essa identificação se dá pelo fato do sujeito comunicante ser composto por atores sociais conhecidos. Como tal discurso fora posteriormente confeccionado na forma dos Anais do Congresso, este acaba postergando a credibilidade de tal discurso, legitimando as vozes presentes no discurso em diferentes meios midiáticos, e dando autenticidade por estes mesmos motivos.

3 | ESTRATÉGIAS, IMAGENS E IMAGINÁRIOS SÓCIO-DISCURSIVOS DO CONGRESSO LEGISLATIVO MINEIRO

Para Charaudeau (2008) estratégias são usadas no sentido de atender às condições de sinceridade, de performance e de eficácia. O político, em sua singularidade, fala para todos como portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um terceiro, enunciador de um ideal social. Este ideal social, ou sonho, está associado ao destinatário-cidadão, que com ele constrói o sonho enquanto tal, em uma espécie de pacto de aliança. Por isso, o político precisa inspirar confiança, admiração, que saiba construir sua imagem atrelada à de chefe ideal, que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e paixões. Mostram-se recorrentes estratégias de credibilidade e de autoelogio para a construção de um *ethos* político de homem preocupado com seus *locus* de atuação, utilizando de elementos retóricos do terreno da paixão e da emoção, onde a dramaturgia e elementos históricos são postos nessa espécie de encenação - por isso essas imagens são temporais e espaciais.

As imagens são difíceis de apreender. São contraditórias e frágeis, quando derivam para efeitos não desejados. A eficácia dessas imagens quase nunca é previsível. Além disso, constata-se que o processo de construção de uma figura política se faz tanto no surgimento dos grandes acontecimentos, quanto no curso de uma sedimentação progressiva de certos traços de personalidade que emergem e se repetem em vários pequenos acontecimentos. O primeiro caso, em uma temporalidade menor, no calor do acontecimento; o segundo caso em uma temporalidade longa, ligada aos indivíduos. Mas, ambas são construídas de acordo com as expectativas daqueles que os elegeram. “O *ethos* político é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros” (idem, 2008, p.87).

Dessa maneira, no jogo de espelhos em que o discurso político está inserido, segundo Charaudeau podemos entender que o sujeito que fala tem que saber escolher “universos de crenças específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele” (idem,

2008, p.90). Na tentativa de criar uma imagem de si que demonstre a possibilidade de que essas condições sejam atingidas, o discurso político, muitas vezes, deixa transparecer índices de diversos *ethos*, como os de credibilidade – fundados em um discurso da razão – e os de identificação – fundados em um discurso de afeto. Na análise das fontes, por exemplo, podemos observar que certos índices desses *ethos* predominam. Os *ethos* de sinceridade, de virtude, de competência, de inteligência, de humanidade, de chefe, de caráter, de solidariedade são predominantes nos discursos. Atrelados a esses *ethos*, podemos ainda apontar certos tipos de discurso como o de justificação, de negação, de desqualificação, bem como a ênfase na ideia de *desordem social*, *origem do mal* e na *solução salvadora*, além das estratégias de credibilidade e eficácia, que figuravam em torno dos pronunciamentos sobre a exequibilidade ou não de tais reformas da educação e/ou educação profissional, nos tramites do legislativo.

No tramite da lei n.41 de 1893, por exemplo, sobre a reforma da instrução pública, o deputado Teixeira da Costa se pronuncia sobre a mesma na 65ª sessão extraordinária da Câmara dos deputados, aos 21 de setembro de 1891, deixa transparecer várias dos índices citados acima, e que são recorrentes nas falas de outros deputados:

Não pretendia, Sr. Presidente, tomar parte na primeira discussão do projeto relativo a reforma da instrução publica; mas para que não fosse a mesma encerrada sem que uma palavra se dissesse, vim a tribuna fazer ligeiras considerações. Sinto Sr. Presidente, ser muito fraco de inteligência (não apoiado) para manifestar a minha opinião sobre um projeto importantíssimo como o de que se trata; e esse sentimento que patenteio é a expressão da verdade, porque não tenho habilitações (Não apoiado gerais) para ilustrar o debate de um projeto que empreende a obra de uma reforma radical da instrução publica em nosso Estado e que vêm tira - lá estado desgraçado em que se achava. Sr. Presidente, eu não quero ser considerado como retrogrado em relação ao projeto em discussão; desejo que alguma coisa se faça a respeito, mas procuro evitar saltos perigosos. Quero, Sr. presidente, que a câmara, compenetrando-se da grande responsabilidade que sobre ela pesa, faça uma reforma que possa se traduzir uma realidade no nosso Estado a respeito de instrução publica, e não uma reforma impraticável e que ficará somente na escrita. O projeto apresentado pela ilustrada e patriótica comissão tem algumas disposições que eu entendo que não podem presentemente ser aceita, porque o Estado não comporta suas despesas. (COSTA, 1891, p.364)

Ao colocar como o único a se disponibilizar a falar sobre a reforma da instrução pública, com “ligeiras considerações” o deputado utiliza de um *ethos* de humildade, de humanidade, bem como de virtude, em defesa da instrução pública, o que assegura ao *Ethos* uma imagem de segurança e “honradez” em que cumpre com seu dever como cidadão e como representante do congresso. Ao se referir de uma maneira depreciativa - “muito fraco de inteligência”, “não tenho habilitações” – se deslegitima para legitimar-se perante o congresso, utilizando de um *ethos* de humildade e sinceridade, marcado pela sobriedade discursiva. Ainda,

a desqualificação da situação que vivia a instrução pública no estado, trás a tona a ideia de uma desordem social em que a reforma da instrução que estava posta, herança imperial neste momento, é objetivada como um mal a ser banido. Desta maneira, cria-se um estado de expectativa em que uma reforma é a solução para reparar esse mal. Mas o deputado não necessariamente defende a que está posta em discussão. Muitos outros deputados e senadores utilizam-se deste tipo discursivo para projetar para si uma imagem de salvador da pátria, bem como para projetar seu discurso em um momento de crise, legitimando a posição adotada no mesmo.

Continuando com a análise, o deputado Teixeira da Costa aponta outros *ethos*: quando aponta que tal projeto de reforma pode se tornar inexecutável, mostra o uso de um *ethos* de inteligência, ao tomar consciência em seu discurso de certo domínio do que viria a ser um projeto ideal para a instrução pública, como as finanças do Estado se apresentavam e como deveriam ser gastas. Por fim, o uso de elogios à comissão, utilizado de elementos retóricos do campo da emoção, configura um *ethos* de solidariedade, de união em torno do projeto ao mesmo tempo em que procura adeptos em torno de seu discurso, de crítica ao projeto posto em discussão.

Este tipo de discurso é dominante nos tramites. O início dos discursos dos congressistas é marcado pelos *ethos* de humildade, de humanidade, virtude, sinceridade, marcadamente para legitimar seu discurso. A desqualificação de si, e do outro, presente nos discursos quase que de forma total, trás a tona a possibilidade de legitimar o próprio discurso. O *ethos* de inteligência corrobora esta legitimidade discursiva, bem como o *ethos* de solidariedade abre espaço para a conquista de adeptos em torno do que se levanta em cada discurso. Ao utilizar-se destes *ethos*, os congressistas deixam em evidência outro ponto importante de construção do *ethos* político: os imaginários sócio-discursivos. Teixeira da Costa mostra o uso de um imaginário de modernidade e economismo, atrelado a ideia capitalista.

Para Charaudeau (2008) os imaginários são espelhos identitários fragmentados, instáveis e essencializados com a necessidade de se materializarem na vida cotidiana, sustentada por uma racionalização discursiva, sem que se saiba de fato quem precede quem, nem se a segunda desempenha um papel de promoção ou de justificação da primeira. Descrever os imaginários é contribuir para a construção de epistemes, comumente instrumentalizados com fins de persuasão, sob uma ideia de universalidade no jogo de poder e de trocas simbólicas. São imaginários carregados de ideias de valor – liberdade, justiça, benevolência, sociabilidade, igualdade, harmonia, equilíbrio, tradição, etc – que se vinculam às representações construídas por cada grupo social, a fim de demarcar discursos como produtores de um efeito de verdade. Os imaginários sócio-discursivos predominantes nos discursos dos congressistas nos tramites das reformas da instrução pública aqui analisados são os de Educação/Instrução, Tradição, o de Modernidade, o de

Soberania Popular, o de Progresso, o de Capitalista, o de Solidariedade e o de Conciliação. Retiramos algumas passagens dos discursos dos legisladores para mostrarmos estes imaginários.

O deputado Eloy Reis, em pronunciamento na Câmara dos Deputados na sessão de 21 de junho de 1893, sobre o tramite da lei n.73, de 27 de julho de 1893 - em que fica o Governo do Estado a por gradativamente em execução as disposições da lei n. 41 de 3 de agosto de 1892, relativamente ao ensino agrícola e zootécnico, expedindo o respectivo regulamento e a subvencionar as municipalidades que fundaram e mantiverem fazendas-modelo, escolas agrícolas, industriais ou pastoris, estações agronômicas, etc. - apresenta seu discurso sobre a importância dos institutos profissionais para o Estado de Minas Gerais, utilizando de um imaginário de modernidade e progresso, ao mostrar exemplos da situação norte-americana nesse ramo de ensino. Ao comparar o ensino brasileiro/mineiro com o dos EUA, utiliza de um ethos de justificação para o “atraso” em relação ao primeiro comparado ao segundo, e de uma ideia de solução salvadora para este com a formação dos institutos profissionais. Abaixo continua a fala do Deputado, a partir da defesa dos institutos:

É isto o que nós devemos iniciar, lançando as bases dessas escolas profissionais, como já o fez a lei mineira n. 41 do ano de 1892, iniciando ainda que modestamente, o ensino técnico pela fundação nessa lei decretada dos institutos zootécnicos e agrícolas. (...) O Congresso Mineiro tem cuidado seriamente de ensino clássico, procurando elevar quanto possível o nível da instrução pública em nosso território; e, empenhando esforços em prol dessa instrução em todos os graus, deve completar a sua patriótica missão estabelecendo também e desenvolvendo no Estado o ensino técnico e o ensino profissional, do qual sairão os industriais habilitados, com capacidade para impulsionar e fazer progredir as nossas rudimentares e nascentes indústrias. (REIS, 1893, p. 303)

É dever do Congresso cuidar da instrução pública, visto que isso esta na própria Constituição Mineira de 1891, como vimos no início deste texto. O deputado utiliza dessa premissa para salientar que é um dever, mais, uma missão patriótica, ou seja, uma missão republicana estabelecer e desenvolver o ensino técnico e profissional no estado, tendo em vista que são estes ensinamentos que habilitarão os profissionais mineiros para o desenvolvimento do estado. Os imaginários de modernidade, progresso e soberania popular se atrelam ao imaginário de educação/instrução, mas, com uma ressalva: o imaginário de modernidade aqui é atrelado ao de progresso, como também ao econômico/tecnológico, em que o desenvolver de um e do outro só é possível por uma educação técnico/profissional.

A defesa da educação profissional continua no discurso do Deputado Viriato Mascarenhas, na sessão de 30 de maio de 1894, no tramite da lei n.104 de 24 de julho de 1894. Começa declarando que quando teve a honra de submeter à consideração esclarecida da Câmara este projeto – da escola agronômica de

Curvelo - comprometeu-se a justificá-lo, a mostrar sua grande utilidade em ocasião oportuna.

Não discute as vantagens dos institutos agronômicos entre nós, porque constituem elas hoje uma verdade axiomática, cuja necessidade impõe-se de longos anos a esta parte, como se vê dos anais das assembleias provinciais. Não é nova a idéia de criação de instituto agronômico no município do Curvelo, atentas as condições de vitalidade dessas indústrias de que largamente dispõe esse município. Já pela lei n. 2166, de 20 de novembro de 1875, uma das mais eficazes para levar por diante esse empreendimento, sancionada pelo presidente da província de então, o sr dr Pedro Vicente de Azevedo, foram criadas três escolas agronômicas nas vilas do Rio das Velhas, Rio Verde, Piracicaba, sendo a primeira no município do Curvelo e a segunda no da Campanha. Além dessa, outra tentativa foi feita para o mesmo fim, de conformidade com a lei de 31 de dezembro de 1879, que cogitava desse assunto dessa mesma escola no futuro município que nesta casa tenho a honra de representar diretamente. É um fato, pois, que se vê claro dos anais citados; a reforma do ensino profissional mereceu sempre a atenção dos nossos legisladores, mas d'um modo infecundo, visto como interesses de ordens diversas suplantavam esse melhoramento. (MASCARENHAS, 1894, p.344-345)

Com essa passagem podemos ratificar que o imaginário de educação profissional está intimamente ligado ao imaginário de modernidade/progresso e econômico/tecnológico nos tramites do Congresso Mineiro, no recorte analítico proposto por nós. A ideia de um instituto agronômico em Curvelo é usada no discurso como solução salvadora para a situação das indústrias em Minas Gerais. O recurso da “crise” é posto em cena para justificar a criação do instituto. Em outro momento do discurso, mais adiante, Viriato Mascarenhas aponta que a situação de crise está posta pela dependência a um único produto – “se não fosse a alta do café, devida á taxa de cambio desanimadora que temos, e a previdência reconhecida do lavrador mineiro teriam hoje a miséria a bater às portas, visto que a cultura dos gêneros alimentícios é insuficiente até para o próprio consumo!” (idem, 1894, p.345). Essa passagem é posta no discurso para legitimar seu projeto de educação profissional. Ainda, utiliza de um ethos de chefe por ser o relator do projeto bem como um ethos de virtude, por estar fazendo isso em nome das indústrias do Estado, em nome do desenvolver das mesmas. Mais adiante, aponta a necessidade da defesa das indústrias nascentes, por iniciativa individual, que necessitariam da proteção do poder público “para não morrerem”, pois são estas que podem fazer a grandeza do Estado:

É sem dúvida na escola agrícola que melhor se encontram essas indústrias nascentes esses meios de auxilio, sendo uma, pelo aumento da produção, matéria prima; outras pelos fornecimentos dos indispensáveis conhecimentos das moléstias que destroem as safras, como o algodão e a cana, e a facilidade de aquisição dos meios para combater tais elementos de leterios, os quais, ao continuarem no pé em que se acham, por certo cavarão a ruína do Estado, seu constante decrescimento da riqueza publica e particular. Basta de escolas normais, cuidemos agora, conclui o orador, do ensino profissional entre nós pela criação das escolas agronômicas. (MASCARENHAS, 1894, p. 347)

Um imaginário de instrução pública profissional que cria a riqueza pública e

particular. Procura em seu discurso objetivar o olhar do Congresso para seu projeto de educação profissional, contrapondo a este os projetos de escolas normais, desqualificando-as. Tenta criar com isso um discurso de urgência em relação à criação deste tipo de ensino, bem como das escolas agrônômicas no estado. E para tal, mobiliza os imaginários descritos na fala anterior para construir seu discurso em prol de um imaginário de progresso para o Estado e de uma imagem de solução salvadora, que se não fizer o que ele propôs, “por certo cavarão a ruína do Estado”.

Importante salientarmos também que, ao apresentar tentativas das assembleias províncias – órgão do poder legislativo no Império – para a implementação de institutos sinônimos, Viriato Mascarenhas utiliza do imaginário de tradição em Minas Gerais no pensamento educacional profissional. Ainda, ao fazer isso, o deputado nos mostra que tais práticas legislativas não são exclusivas da República, pelo menos em Minas Gerais, mas que a mesma deve se apropriar dessa função para tornar tais projetos efetivos, coisa que não fora feita ainda.² Podemos perceber que o imaginário de república carrega em si um projeto de futuro, intimamente ligado ao imaginário de progresso.

Tais imaginários se mostram intrincados uns nos outros, a fim de servirem de imaginário de verdade para o discurso que se quer construir. Modernidade e economismo/tecnologismo que podem ser encontrados por valores como o trabalho assalariado, o progresso econômico, o domínio capitalista de elementos estrangeiros nas indústrias do estado e do País, podem também serem entendidos como a realização do sonho capitalista confundindo-se com o ideal republicano. Encontramos também os imaginários de solidariedade e de conciliação, apresentados pela união em torno de discursos preocupados com a recuperação socioeconômica do estado mineiro e do país. Tais imaginários utilizam do imaginário de educação/instrução, com ênfase na educação profissional para validar os mesmos como verdadeiros e possíveis nos discursos. A construção do sonho, do ideal pelos discursos dos legisladores caminha pela instrução pública.

Um exemplo emblemático da utilização de tais imaginários é o discurso de Francisco Mendes Pimentel, ao apresentar o projeto n. 169 em 06 de julho de 1896, na 14ª sessão ordinária da mesma casa, no tramite da lei n.203, de 18 de setembro de 1896, em que o deputado, procura defender seu projeto de organização do ensino profissional primário. Inicia seu discurso legitimando o Congresso pelos trabalhos em prol da instrução pública do Estado, legitimando o seu próprio discurso, como é comum nos pronunciamentos dos seus pares, construindo um ethos de sinceridade embasado por um imaginário de conciliação em torno de seu projeto. Um ethos de chefe transpõe sua fala pela criação do projeto e de humildade por se dizer “honrado” por tal papel. Congrega o projeto como uma “aspiração de todos os congressistas,

2. Esta informação também pode ser vista no texto de GONÇALVES & CHAMON. 2007.

mandatários do povo”, que teriam por dever primeiro “cumprir e executar o ponto de fé de todo o programa democrático, alicerçando fundo na consciência nacional a organização republicana por meio da verdadeira educação popular” (PIMENTEL, 1896, p.62). Assim, os imaginários de república e de democracia são mobilizados como “o fim” de uma educação profissional primária, postulando essa como a educação que a República deve prover seus cidadãos. Continua em seu discurso a defender a viabilidade de seu projeto:

Para efetividade autonômica de uma nacionalidade não basta que um povo se tenha constituído politicamente e que em seu seio se tenha operado a emancipação civil; é necessário mais, é imprescindível organizar a riqueza pública, fundar a independência econômica. (...) E hoje, senhores, que o direito internacional parece desprender-se e destacar-se das brumas da metafísica jurídica para cristalizar-se em textos positivos, explícitos garantidores do fraco a prepotência do forte, hoje nem por isso deixam as nações de se empenhar menos na luta pela vida, mas o combate não se vai travando mais ao choque brutal de legiões armadas, mas fere-se dia por dia no afã das oficinas, na concorrência industrial. *(Muito bem)*. É este grande perigo que o ensino profissional deve evitar; não há interesse nacional mais considerável e eu posso *dizer* sem temor de desmentido: neste momento levantar a oficina é levantar a Pátria. (PIMENTEL, 1896, p.62)

Inserir o Brasil, Minas Gerais, na marcha da civilização é posto como papel do estado republicano. Para tal, o poder público deve se preocupar com a educação profissional para incrementar sua indústria nacional, a fim de que desenvolva a mesma tendo em vista que essa é a tônica mundial. Novamente, os imaginários de modernidade e progresso estão atrelados aos imaginários de economia e tecnologismo. A soberania nacional é posta em cheque, caso a educação profissional não seja efetivada. E se esses imaginários estão interligados, logo a República deve assumir para si a função de prover o povo de uma educação profissional:

Nós que pregamos a República como o regime popular por excelência, nós que ou apostolamos a redenção política da nossa Pátria ou a ela prometemos e protestamos servir com fé e com lealdade, nós que em nossas bandeiras partidárias inscrevemos o velho lema, a velha divisa do governo do povo pelo povo, nós que só do povo tiramos toda a força que aqui nos congrega e que aqui nos mantém, nós, digamo-lo assim com franqueza e digamo-lo com verdade, nós não temos bem cumprido o primeiro dos nossos deveres, nós nos temos descurado da verdadeira educação popular. Para o pobre, para o operário, para o proletário, para o verdadeiro povo, enfim, cessa a educação aos primeiros passos da vida; para o rico, para o abastado, para o protegido, para essa minoria favorecida, o Estado a acompanha com a tutela solícita através do ensino secundário e superior até conferir-lhe um grau científico que social e legalmente a coloca em posição vantajosíssima na competência vital. Senhores Representantes de Minas, não nos esqueçamos de que a qualidade culminante dos homens públicos é a previdência. Já hoje ninguém mais pode se iludir de que uma revolução tremenda, bem mais profunda do que essas políticas que apenas esfloram a superfície das nações por onde passam, está prestes a explodir – é a revolução social. (PIMENTEL, 1896, p.63)

O imaginário de soberania popular é atrelado ao de educação/instrução primeiro, por uma obrigação do estado republicano, ou seja, por uma ideia de

Estado; segundo pela dualidade República x cidadão, e as obrigações de cada um destes; terceiro, por uma ideia de que os níveis de desigualdade entre os cidadãos devem ser pensados com cuidado, tendo em vista as “sombras socialistas” que pairam sobre o mundo. A educação profissional é posta como mantenedora do *status quo* vigente.

Já na 43ª sessão ordinária da Câmara dos deputados, em 28 de agosto de 1906, no tramite da lei n.438 que fora posta em vigor no dia 24 de setembro de 1906, sobre a fundação de escolas agrícolas no Estado, bem como as fazendas-modelo, o discurso do deputado Heitor de Souza vem a corroborar o uso dos imaginários apresentados nos discursos de outros legisladores já citados:

Eu também venho, sr. Presidente, justificar perante a Câmara uma emenda ao projecto em debate. Essa emenda consagra uma ideia ou uma medida irmã gêmea daquellas que o projecto propugna; essa emenda auctoriza o governo do Estado a introduzir immigrantes, que tanto carece a lavoura mineira. Faço-o, sr. Presidente, para obedecer aos appellos constantes, ás reclamações justas dos productores mineiros que, entre todas as angustias em que se debatem luctam ainda com a falta de braços que desentranhem da nossa terra os thesouros de que ella é dotada. (*Apoiados. Muito bem!*) V. exc. sabe que, com a falta de uma lei organizadora do trabalho, os lavradores mineiros luctam desesperadamente com a necessidade premente, com a necessidade imprescindivel de fixar os trabalhadores nas suas propriedades. V. Exc. sabe que ha serviços agricolas que não podem ser adiados, serviços que têm o seu periodo proprio, de modo que a falta de braços, a falta de pessoal trabalhador das lavouras determina a sua completa desorganização. (SOUZA, 1906, p.287)

O discurso mobilizado em torno da imigração de trabalhadores estrangeiros posta a dualidade avanço x atraso. Minas Gerais, seus trabalhadores, estariam em estado de atraso em relação aos trabalhadores estrangeiros e localidades estrangeiras. Posta ainda uma situação de crise, em que a solução salvadora para a “crise das classes produtoras mineiras” seria resolvida pela mobilização de braços que conhecessem as formas “modernas” de trabalho. Portanto, o problema seria as formas de trabalho, de produção, e não a falta de mão de obra no estado, apresentado pela questão da impossibilidade de obrigar o trabalhador mineiro a trabalhar dentro de formas vistas como modernas. O imaginário de moderno é posto em cena, junto do imaginário de capitalismo por meio de uma educação profissional, posta pela figura das escolas agrícolas e/ou das fazendas-modelo no Estado de Minas Gerais. A solução salvadora seria uma ética do trabalho, fomentada pelas escolas-agrícolas e fazendas modelos e não a imigração em si.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o Congresso Legislativo Mineiro ser um lugar de discursos políticos plurais, verificou-se a possibilidade de pensá-lo como construtor de discurso normativo, prescritivo e político do Congresso Mineiro. Os *ethos* dominantes

configuram-se entre os de virtude e o de competência, intimamente relacionados ao de humildade e de chefe, presentes em seu discurso e no próprio ethos prévio dos políticos republicanos mineiros. E não podemos nos esquecer de elencar o ethos de inteligência, característico das vozes que permearam os discursos dos legisladores.

O congresso constrói seu discurso enfatizando a educação/instrução procurando atrelar a esta elementos da modernidade, como o desenvolvimento capitalista e o progresso socioeconômico, conciliando tais imaginários a elementos da soberania popular – tempo republicano. As diversas reformas em que se situam os discursos dos legisladores aqui apresentados postam a educação como solução salvadora, em um tempo objetivado como de crise mineira e brasileira. Um imaginário de educação/instrução pública, com ênfase na educação profissional, que é objetivado nos discursos como vetor de construção do novo tempo sócio histórico republicano, capitalista, moderno, por meio de um projeto de escolarização. Projeto esse, imerso em um processo histórico visto como conflituoso e dinâmico, além de heterogêneo, e que tem na luta de diversos projetos culturais em torno da supremacia de suas proposições, a atuação em um *locus* específico: a escola.

Nesse movimento, a escola e as reformas da educação pública profissional em particular, podem ser problematizadas como *locus* de percepção da criação de um sistema representativo de normas e valores republicanos, que vai ganhando forma no recorte temporal por nós delimitado para nosso estudo (1891-1906). Ainda, podem ser vistos como vetores desta própria cultura política republicana mineira em concepção que pensa/propõe este espaço de formação/socialização de indivíduos como instituidor de uma nova ética para o trabalho, na formação do trabalhador e na formação do cidadão mineiro e brasileiro, na tentativa de consubstanciar o novo tempo social, político e espacial nacional – moderno, republicano, capitalista, assalariado. A República pensa/faz a escola e escolariza o trabalhador, fazendo a si mesma.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In__ **RIOUX & SIRINELLI** (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CHARAUDEAU, Patrick. *O Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Teixeira da. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1891-1892. Imprensa Oficial: Belo Horizonte.

GONÇALVES, Irlen A; **CHAMON**, Carla. “As políticas públicas para a educação profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário na virada do século XIX para o século XX”. IN__ *Congresso Iberoamericano e História de la Educación Latinoamericana*. VIII, 2007, Buenos Aires. *ANAIS*, 2007.

GONÇALVES, Irlen Antônio. “Em nome da Lei: o Congresso Legislativo como lugar de produção da “Instrução que é destinada a fazer do menino um cidadão”. IN__ *Educação em Foco*: Vol. 15, nº02, set. 2010/fev 2011. p.153-174.

GONÇALVES, Irlen Antônio. “A República e os seus Projetos de Educação Profissional: escolarização do trabalhador do campo e da cidade”. *Anais do VI COPEHE*, 2011a.

GONÇALVES, Irlen Antonio. “Educação, trabalho e república: o processo de escolarização das atividades manuais nos anos iniciais da República brasileira.” IN__ *Diálogos conceituais sobre trabalho e educação*. **JUNIOR**, Hormindo; **LAUDARES**, João Bosco. (ORG.)Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011b. p. 183-204.

MASCARENHAS, Viriato. *Anais da Câmara dos deputados*. 1894-1895. Imprensa Oficial: Belo Horizonte.

PIMENTEL, Francisco Mendes. *Anais da Câmara dos deputados*. 1896. Imprensa Oficial: Belo Horizonte.

REIS, Eloy. *Anais da Câmara dos deputados*. 1893. Imprensa Oficial: Belo Horizonte.

SOUZA, Heitor. *Anais da Câmara dos deputados*. 1906. Imprensa Oficial: Belo Horizonte.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Escolar 215, 216, 217, 225

Ações Afirmativas 115, 116, 117, 118, 119, 122

Aprendizagem 5, 18, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 40, 43, 62, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 101, 102, 106, 107, 109, 112, 133, 135, 138, 140, 142, 147, 151, 154, 156, 168, 183, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 201, 228, 231, 233, 235, 237, 239, 242, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Arte 28, 29, 71, 73, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 168, 183, 249, 251

Atendimento Educacional Especializado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 248

Aula prática 188, 191, 194, 196

Avaliação 17, 33, 47, 59, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 113, 118, 142, 151, 168, 177, 180, 185, 192, 197, 225

B

BNCC 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 247, 249

C

Competência 36, 109, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 160, 166, 201, 206, 211, 213

Cotidiano 9, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 81, 83, 84, 85, 110, 142, 150, 155, 241

Cultura política 199, 200, 201, 202, 213

D

Didática 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 77, 109, 242

Direitos humanos 133, 135, 136, 146, 147, 160

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 251

Educação a Distância 100, 101, 107, 109, 112, 113, 114
Educação Ambiental 12, 14, 24, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72
Educação Básica 9, 2, 6, 10, 19, 40, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 108, 117, 137, 139, 140, 170, 179, 185, 225, 227, 229, 232, 246, 249, 250
Educação Corporativa 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157
Educação não formal 158, 160, 166
Educação Profissional 40, 46, 47, 157, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 200, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 225
Ensino Técnico 40, 170, 172, 215, 217
Extensão popular 116, 117

F

Formação cultural 48, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59
Formação de professores 3, 4, 5, 8, 10, 11, 36, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 227, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 242, 251
Formação Profissional 100, 101, 102, 172, 202, 235, 238, 246

G

Gestores 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 38, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 154, 162, 169

H

Histologia 188, 189, 190, 192
História da Educação 72, 200

I

Identidade 54, 76, 161, 166, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248
Identidade Profissional 233, 241, 242
Interação 27, 30, 32, 33, 34, 36, 40, 63, 64, 69, 70, 81, 109, 133, 135, 140, 142, 162, 175, 185, 226, 231, 232
Interdisciplinaridade 62, 63, 64, 69, 71, 75, 226, 228, 229, 231, 232
Interiorização 53, 124

M

Modernização 106, 107, 124, 164
Multidisciplinaridade 13

P

Pensamento Complexo 73, 74, 228, 232

Política 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 24, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 59, 65, 66, 83, 99, 105, 106, 112, 113, 118, 124, 125, 130, 134, 136, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 169, 181, 184, 199, 200, 201, 202, 205, 211, 213, 219, 225, 241

Política Pública 6, 37, 38, 45, 47

S

Sensibilização 12, 13, 16, 17, 63, 71, 146

 **Atena**
Editora

2 0 2 0